

Só Questões

Concurso Público - Ano 2019

200

QUESTÕES

FUNDAMENTADAS

DA LEI 9.096/95

LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS



Acerte o alvo!

O Diferencial Concursos

Wilma G. Freitas

200

Questões Fundamentadas da LEI 9.096/95

APOSTILA AMOSTRA

**Para adquirir a apostila de 200 Questões fundamentadas da
Lei dos Partidos Políticos – Lei 9.096/95**

acesse o site



S U M Á R I O

Apresentação.....	3
Questões.....	4
Respostas.....	56
Bibliografia.....	83

A P R E S E N T A Ç Ã O

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

Atualmente os concursos para provimento de vagas nos Tribunais Regionais Eleitorais estão entre os mais concorridos, demandando do candidato preparo e dedicação absoluta.

A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 que dispõe sobre partidos políticos, é constantemente exigida no conteúdo programático dos editais das principais bancas nos concursos públicos dos TREs.

O estudo por meio de resolução de questões é extremamente importante para o entendimento e a fixação da matéria. Por vezes, a leitura de uma lei a princípio parece fácil, porém, ao se deparar com o caso concreto, surgem as complicações. Nada melhor do que resolver questões, principalmente quando estas possuem comentários objetivos e de fácil compreensão baseados na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

A apostila de 200 questões fundamentadas sobre a Lei dos Partidos Políticos-Lei 9.096/95 é mais um instrumento colocado à disposição do concursando para auxiliá-lo no alcance de seu objetivo.

Garantimos a atualização desta apostila até a data do envio, pois sabemos que as bancas exploram preferencialmente as alterações na legislação durante a elaboração das provas.

Nunca é demais frisar que é a prática de exercícios que fixa o conhecimento e prepara o candidato para reconhecer as armadilhas preparadas pelas bancas organizadoras dos certames, pois muitas vezes conhecer determinado assunto não é suficiente para assimilar a forma como este conhecimento é cobrado nas provas.

A quantidade de questões aliada à qualidade, rapidez no envio e ao compromisso de conduzir o candidato ao sucesso representam todo nosso diferencial.

Wilma G. Freitas

QUESTÕES

1. Analise a veracidade das frases.

- I. O partido político, pessoa jurídica de direito público, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.
- II. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos desde que seus programas respeitem a soberania nacional.
- III. É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar aos critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

Está (ão) corretas(s):

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I e III.
- d) II.
- e) III.

2. Julgue o item a seguir:

O partido político, após o registro no Tribunal Superior Eleitoral, adquire personalidade jurídica de direito público.

- FALSO
 VERDADEIRO

3. Para a criação de partido político, deve haver a comprovação do apoio dos eleitores correspondentes a, pelo menos,

- a) Meio por cento dos votos dados na última eleição geral para o Congresso Nacional.
- b) Cinco décimo por cento dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados
- c) Um por cento dos votos dados na última eleição geral para o Congresso Nacional.
- d) Um por cento dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.
- e) Dois por cento dos votos dados na última eleição geral para o Congresso Nacional.

4. Marque a opção que completa a lacuna

Os partidos políticos..... ser subordinados a entidades estrangeiras.

- não podem
 podem

5. Analise a veracidade das frases.

- I. Considera-se deferida, para todos os efeitos, a filiação partidária, com o atendimento das regras estatutárias do partido.
- II. É facultado ao partido político estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária inferiores aos previstos na Lei, com vista à candidatura a cargos eletivos.
- III. Para desligar-se do partido, o filiado faz comunicação escrita ao órgão de direção nacional e ao Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito.

Está (ão) correta(s):

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I.
- d) II.
- e) III.

6. Julgue o item a seguir:

O partido político, em nível nacional, poderá sofrer a suspensão das cotas do Fundo Partidário, por atos praticados por órgãos regionais ou municipais.

- () FALSO
() VERDADEIRO

7. Assinale a alternativa abaixo que não apresenta uma parcela integrante do fundo partidário.

- a) Dotações orçamentárias da União em valor nunca inferior, cada ano ao número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior

ao da proposta orçamentária, multiplicado por trinta e cinco centavos de real, em valores de agosto de 1995.

- b) Doações de pessoas jurídicas, efetuada por intermédio de depósito bancários diretamente na conta do Fundo Partidário.
- c) Recursos financeiros que lhes forem destinados por lei, em caráter permanente ou eventual.
- d) Doações de pessoas físicas, efetuadas por intermédio de depósito bancário diretamente na conta do partido.
- e) Multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas.

8. Marque a opção que completa a lacuna

Os partidos políticos comunicam os nomes dos integrantes dos seus órgãos municipais ao..... .

- () Juiz Eleitoral
- () TRE

9. Analise a veracidade das frases.

- I. É assegurado ao partido político com estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral o direito à utilização gratuita de escolas públicas ou Casas Legislativas para a realização de suas reuniões ou convenções, responsabilizando-se pelos danos por ventura causados com a realização do evento.
- II. As emissoras de rádio e televisão terão direito a compensação fiscal pela cedência do horário gratuito.
- III. A fundação ou instituto de direito privado, criado por partido político, destinado ao estudo e pesquisa, à doutrinação e à educação política, rege-se pelas normas da lei civil e tem autonomia para

contratar com instituições públicas e privadas, prestar serviço e manter estabelecimentos de acordo com suas finalidades, podendo, ainda, manter intercâmbio com instituições não nacionais.

Está (ão) correta(s):

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) Todas.
- e) II.

10. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A fusão de partidos políticos dependerá da aprovação da maioria absoluta dos diretórios regionais.

- () FALSO
- () VERDADEIRO

11. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

As doações de recursos financeiros poderão ser efetuadas na conta do partido político por meio de mecanismo disponível em sítio do partido na internet que permita inclusive o uso de cartão de crédito ou de débito sendo obrigatório a identificação do doador e a emissão de recibo eleitoral para cada doação realizada acima de um salário mínimo.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

RESPOSTAS

1.

Resposta: C
Fundamento
Art.1º, caput da Lei 9096/95
Art. 2º da Lei 9096/95
Art. 17, § 1º da CF

2.

Resposta: F
Fundamento
Art. 1º, caput, 7º, caput da Lei 9.096/95

3.

Resposta: B
Fundamento
Art. 7º, § 1º da Lei 9096/95

4.

Resposta: não podem
Fundamento
Art. 5º da Lei 9096/95

5.

Resposta: C
Fundamento
Art. 17, caput da Lei 9.096/95
Art. 20, caput da Lei 9.096/95
Art. 21, caput da Lei 9.096/95

6.

Resposta: F
Fundamento
Art. 28, § 3º da Lei 9.096/95

7.

200*Questões Fundamentadas da LEI 9.096/95*

Resposta: D
Fundamento
Art. 38, I ao IV da Lei 9.096/95

8.

Resposta: TRE
Fundamento
Art. 10, parágrafo único, II da Lei 9.096/95

9.

Resposta: D
Fundamento
Art. 51 da Lei 9.096/95
Art. 52, parágrafo único da Lei 9.096/95
Art. 53, caput da Lei 9.096/95

10.

Resposta: F
Fundamento
Art. 29, caput da Lei 9.096/95

11.

Resposta: F
Fundamento
Art. 39, § 3º, III, “a” e “b” da Lei 9.096/95

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988): Constitucional de 5 de outubro de 1988. Ed. atual. – Brasília, Planalto, 2019.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 13ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2018.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**: 34ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2018.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 17ª Ed. rev. Atualizada. Editora Método, 2018.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**, 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Código eleitoral anotado e legislação complementar**. 13ª. ed. rev. e atual. – Brasília : TSE, 2018.

CE - LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965: Institui o Código Eleitoral.

LC 64_1990 - LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990: Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.

LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995: Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997: Estabelece normas para as eleições.

DECRETO Nº 3.927, DE 19 DE SETEMBRO DE 2001: Promulga o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000.

LEI No 6.236, DE 18 DE SETEMBRO DE 1975: Determina providências para cumprimento da obrigatoriedade do alistamento eleitoral.

LEI Nº 6.996, DE 7 DE JUNHO MAIO DE 1982: Dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais e dá outras providências.

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983: Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e da outras providências.

LEI Nº 7.444, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1985: Dispõe sobre a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e a revisão do eleitorado e dá outras providências

Resolução TSE 21.538/2003: Dispõe sobre o alistamento e serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, a regularização de situação de eleitor, a administração e a manutenção do cadastro eleitoral, o sistema de alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e a fiscalização dos partidos políticos, entre outros.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 91, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016: Altera a Constituição Federal para estabelecer a possibilidade, excepcional e em período determinado, de desfiliação partidária, sem prejuízo do mandato.

RESOLUÇÃO TSE Nº 23.490/2016: Altera a redação de dispositivos da Resolução-TSE nº 21.538, de 14 de outubro de 2003, e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 1 - CGE, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017: Define orientações para a execução dos procedimentos para cancelamento de inscrições e regularização de situação de eleitores que deixaram de votar nas três últimas eleições.

RESOLUÇÃO Nº 23.510, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017: Autoriza a expansão do projeto de modernização dos serviços eleitorais voltados ao pré-atendimento do cidadão, via Internet, para requerimento de operações de alistamento, transferência e revisão por brasileiros domiciliados no exterior, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 23.518, DE 5 DE ABRIL DE 2017: Altera disposições das Resoluções-TSE nºs 21.538, de 14 de outubro de 2003; 23.234, de 25 de março de 2010; e 23.440, de 19 de março de 2015.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 97, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017: Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição.

LEI Nº 13.487, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017: Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão

200

Questões Fundamentadas da LEI 9.096/95

LEI Nº 13.488, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017: Altera as Leis n^{os} 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral.

COMO ADQUIRIR

30,00	200 QUESTÕES FUNDAMENTADAS DA LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS - LEI 9.096/95
--------------	--

Você pode adquirir essa apostila efetuando o pagamento através de:

A) Depósito em conta

Favorecida: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **BRADERSCO**

Agência: **3065**(Teófilo Otoni-MG)

Conta: **10039-0** (Corrente e poupança)

CPF: **049.774.563-19**

OU

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **CAIXA**

Agência: **3662** (Teófilo Otoni-MG)

Operação: **013**

Conta: **10964-9** (poupança)

CPF: **049.774.563-19**

E

200

Questões Fundamentadas da LEI 9.096/95

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**Banco: **Banco do Brasil**Agência: **0099-X** (Cajazeiras)Conta: **29563-9** (Conta corrente)CPF: **049.774.563-19**Envie para o nosso e-mail odiferencialconcursos@bol.com.br ou pelo**WhatsApp: (33) 991155186**  os dados do depósito e o nome da apostila adquirida.**B) PAGSEGURO****Acesse o site www.odiferencialconcursos.com.br . Logo abaixo da apostila tem o botão do PAGSEGURO. É só clicar e seguir as instruções.****OBSERVAÇÃO:** Depois de concluída a negociação através de depósito ou do Pagseguro, caso não localize a apostila na sua **CAIXA DE ENTRADA**, favor verificar nas pastas **LIXO, QUARENTENA** ou **SPAM**.**Maiores esclarecimentos:****TIM 041 (33) 99161.3584****OI 031 (33) 98897-7616****WhatsApp: (33) 991155186** **E-mail: odiferencialconcursos@bol.com.br**

200*Questões Fundamentadas da LEI 9.096/95*

[APROVEITE E BAIXE OUTRAS APOSTILAS AMOSTRAS \(ANEXOS\)](#)

